

1108050



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA

DR CULTURA  
NORTE

*four  
m  
Pun*

CONTRATO número 31/DRCN/DSBC/2013 referente à execução da empreitada de “Trabalhos de Reparação nas Coberturas do Museu Abade Baçal - Bragança”, adjudicado à Empresa Viriato Pires & Lázaro Pires, Lda., pelo valor de € 18.207,07 (dezoito mil, duzentos e sete euros e sete centimos), constante da sua proposta de onze de novembro de dois mil e treze. Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e treze, nesta cidade do Porto, na sede da Direção de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 600 067 831, apresentaram-se, como Primeiro Outorgante, na qualidade de contratante e de Diretora Regional em representação do Estado, com poderes para o ato, ao abrigo do decreto-lei número cento e catorze barra dois mil e doze, de vinte e cinco de maio, conjugado com o despacho número treze mil quatrocentos e dez barra dois mil e doze, de vinte e quatro de setembro, conjugado com o número dois do artigo cento e seis do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo decreto-lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na sua redação atualizada, a arquiteta Paula Araújo Pereira da Silva e, como Segundo Outorgante, em representação da Firma Viriato Pires & Lázaro Pires, Lda., contribuinte número 502 392 800, titular do Alvará de Construção n.º 12293, com sede na Rua Arquiteto Viana de Lima, Zona Industrial das Cantarias, Lote quinze, 5300-003 Bragança, o Senhor Lázaro dos Santos Pires,

, conforme declaração datada de

E na presença de ambos, se lavra o presente contrato, que foi autorizado por despacho da Exm.<sup>a</sup> Senhora Diretora Regional de Cultura do Norte, em quinze de novembro de dois mil e treze, exarado sobre a informação número novecentos e três mil, trezentos e vinte e sete/DSBC/ DRCN/dois mil e treze, de treze de novembro para a empreitada adjudicada pelo despacho atrás citado, na sequência de ajuste direto, realizado ao abrigo da alínea a) do número um do artigo décimo nono do decreto-lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na sua redação atualizada.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente termo de contrato tem por objeto a execução da empreitada na “Trabalhos de Reparação nas Coberturas do



**Museu Abade Baçal - Bragança", conforme proposta que faz parte integrante do presente contrato.**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Na execução do trabalho que constitui o objeto deste contrato e em todos os atos que lhe digam respeito o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no respetivo Caderno de Encargos, que fica fazendo parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os trabalhos objeto do presente contrato deverão iniciar-se dentro de oito dias contados a partir da data da respectiva assinatura e estar concluídos no prazo de **30 (trinta dias)**.

**CLÁUSULA QUARTA:** O encargo total deste contrato é de **€ 22.394,70 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta cêntimos)**, que inclui a quantia de **€ 4.187,63 (quatro mil cento e catorze euros e vinte e seis cêntimos)**, correspondente à taxa de **vinte e três por cento (23%)**, que nos termos do Código de Imposto Sobre Valor Acrescentado deverá incidir sobre **€ 18.207,07 (dezoito mil, duzentos e sete euros e sete cêntimos)**, ou seja, estando a respetiva cobertura assegurada na dotação inscrita no Orçamento da Direção Regional de Cultura Norte para **dois mil e treze sob o Código 07.03.05.00.00 – Aquisição de Bens de Capital – Bens do Domínio Público – Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural**, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, publicada no Diário da República, 1ª série n.º 252. Nos termos legais se declara que a despesa é enquadrável no Programa 002 – **GOVERNAÇÃO E CULTURA/02 – Presidência do Conselho de Ministros; Medida 036 – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – Cultura.**

O encargo para o ano **2013** é de **€ 22.394,70 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta cêntimos)**, que inclui a quantia de **€ 4.187,63 (quatro mil cento e catorze euros e vinte e seis cêntimos)**, correspondente à taxa de **vinte e três por cento (23%)**, que nos termos do Código de Imposto Sobre Valor Acrescentado deverá incidir sobre **€ 18.207,07 (dezoito mil, duzentos e sete euros e sete cêntimos)**, estando o respetivo cabimento assegurado do seguinte modo: **€ 22.394,70 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta cêntimos)**, com compromisso número **BE51301580**, de acordo com o previsto na lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro.

As faturas deverão indicar obrigatoriamente os números de compromisso acima indicados.

**CLÁUSULA QUINTA:** Os pagamentos devidos pelo contraente público, no âmbito da aquisição de bens, devem ser efetuados nos termos do disposto no artigo duzentos e noventa e nove do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e no prazo de sessenta (60) dias a partir da data da receção da fatura.

**CLÁUSULA SEXTA:** O prazo de garantia é contado da data da receção provisória, cujo auto, lavrado na sequência de Vistoria da Obra, deverá conter toda a informação prevista no artigo trezentos e noventa e cinco e seguinte do Código dos Contratos Públicos (CCP), sobre esta matéria. Se forem verificados defeitos da obra detetados na vistoria, os mesmos deverão ser corrigidos durante o prazo de garantia, nos termos previstos no artigo trezentos e noventa e sete da referida legislação e cláusula trigésima sétima do caderno de encargos.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Em função das características do procedimento proposto não se prevê prestação de caução nos termos do número dois do artigo oitenta e oito do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro.

**CLÁUSULA OITAVA:** Disposições finais:

Neste acto foi verificado que o adjudicatário:

1 - Apresentou documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação contributiva perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme certidão passada pelo Serviço de Finanças de Bragança, de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze

2 - Apresentou certidão comprovativa de estar regularizada a sua situação contributiva perante as instituições de segurança social ou previdência, datada de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze.

3 - Apresentou certidão permanente de consulta on-line, comprovando estar matriculada na conservatória do Registo Comercial de Bragança, com o capital social de € 300.000,00 (trezentos mil euros).

4 - Apresentou certificados dos Registos Criminais dos titulares do órgão social de administração, passado a dezoito de novembro de dois mil e treze de que os mesmos não incorrem em nenhum dos crimes previstos na alínea i) do artigo cinquenta e cinco do código dos contratos públicos.

O presente contrato está escrito em duas folhas de papel que pelos outorgantes

vão rubricadas à exceção da última por conter as assinaturas. Pelo adjudicatário foi declarado que aceita o presente contrato com todas as condições, de que tem inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obriga por sua pessoa e bens presentes e futuros, perante o Juiz do Tribunal Administrativo do Círculo de Porto, com renúncia de quaisquer direitos em contrário.

O presente contrato segue assinado pelos outorgantes antes referidos, tendo-se verificado a Identidade do Primeiro Outorgante na qualidade de Directora da Direcção Regional de Cultura do Norte e a do Segundo Outorgante pela exibição do cartão de cidadão com o número **cartão de cidadão** número \_\_\_\_\_ valido até \_\_\_\_\_

valido ate  
Foram de tudo testemunhas presentes, o Dr. Miguel Areosa Rodrigues, Diretor de Serviços dos Bens Culturais e o Dr. Walter Georges Alcoforado dos Santos, e ambos funcionários da DRCN/DSBC, os quais com as partes outorgantes vão assinar o presente contrato.

~~Ronaldo Braga - Peixe de Mar  
Sérgio da Santos Pires  
Hélio Cunha~~